



**ACÓRDÃO Nº561/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11470/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Vania Suely de Melo e Silva (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3282/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, referente ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade da ordenadora de despesas, **Sra. Vania Suely de Melo e Silva**, conforme o art. 22, inciso II c/c art. 24, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE;
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Vania Suely de Melo e Silva** no valor de **R\$ 5.000,00**, com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/1996, conforme itens 15-17, 19-21, 22-23, do Voto; que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo



**ACÓRDÃO Nº561/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Determinar** à Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED:

10.3.1. Que cumpra o disposto no art. 7º, I, da Lei nº 8.666/1993;

10.3.2. Que cumpra o disposto no art. 60, §3º, da Lei nº 8.666/1993;

10.3.3. Que cumpra o disposto no art. 26, II da Lei nº 8.666/1993.

**10.4. Notificar a Sra. Vania Suely de Melo e Silva** com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

**11- Ata:** 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Agosto de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazonia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro Relator

**JOAO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral